

## OUTROS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: ESCOLA E O ACESSO À CULTURA

*Tatiane Peres Zawaski*

*Patrícia Kayser Vargas Mangan*

**Universidade La Salle**

### Introdução

Uma das funções da escola é o oferecimento de condições para o acesso e a ampliação da cidadania, por meio de práticas educativas que sistematizam os conhecimentos acumulados pela sociedade. Assim, na visão de Silveira, Nader e Dias (2007), cabe à escola permitir que os educandos se apropriem dos bens culturais, historicamente produzidos pela sociedade, contemplando em seu currículo ou práticas pedagógicas, atividade de acesso à cultura.

Estamos em tempos que requer reflexões e mudanças de paradigmas dentro das instituições escolares. O acesso à cultura é fator previsto na Base Nacional Comum Curricular, tendo uma competência que prevê a inserção e a participação em práticas diversificadas. Segundo este documento, ao finalizar o Ensino Fundamental os alunos devem ter vivenciado sua identidade, experienciar diversas culturas, compreendendo-as, valorizando-as e respeitando-as, reconciliando, assim valores e perspectivas culturais.

Nesse sentido, este estudo objetiva investigar se as escolas municipais, localizadas em um município da região metropolitana, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais em seu currículo. Para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista escrita, encaminhada para as Supervisões e Coordenações Pedagógicas.

A seguir trataremos uma breve discussão sobre Cultura, seus acessos e as políticas culturais em nosso país. Abordaremos o tema a partir da perspectiva educacional, por acreditar na importância de seu desenvolvimento a fim de incentivar a apreciação e, também, o acesso à mesma. Na sequência, serão trazidos alguns dados já coletados, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento. Por fim, os dados serão analisados e na conclusão traçaremos algumas propostas para que sejam refletidas nas instituições.

### A relação cultura e educação

A cultura faz parte de nossa história, pois ela é construtora de nossa identidade. Ao mesmo tempo que criamos a cultura, somos propagadores dessas manifestações que são expressas de diversas formas e espaços. Na concepção de Candau (2003), a cultura é um processo uniforme e plural, envolvendo-se em um paradigma de criação e recriação. Em razão dessa pluralidade e dessa possibilidade recriadora, concebemos a cultura e a educação como fenômenos interligados, de forma que ambas possibilitam um novo agir e pensar do ser humano.

Entendendo que a cultura é expressa das mais variadas formas, ao dispormos o acesso a ela dentro do contexto escolar, estamos possibilitando ao educando experienciar outras formas de aprendizagem, assim como os ensinando a valorizar um patrimônio, refletindo sobre ele e ressignificando-o. A valorização das diversas manifestações artísticas e culturais é uma das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), sendo que a participação em atividades práticas está prevista na Lei.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), cada instituição de ensino da educação básica deve articular em seus currículos a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais por meio



da vivência, da compreensão e da valorização de sua identidade, assim como dos contextos sociais, culturais e históricos. Além disso, proporcionar que os alunos tenham experiências por meio das artes, discutindo e refletindo sobre manifestações culturais.

Muitas são as experiências possíveis, contudo, para que a aprendizagem seja significativa, acreditamos, assim como Ausubel (*apud* MOREIRA, 2001) que atividades práticas sejam um caminho mais viável, principalmente se pensarmos a partir do tema proposto neste estudo. Com isso, a valorização da cultura por meio de atividades que envolvam teatro, cinema, visitas a museus, exposições artísticas ou cidades históricas propiciarão que o educando vivencie outras culturas e se aproprie de diferenças identitárias comuns em um país multicultural como o Brasil.

Além da possibilidade dessas inserções fora do espaço escolar, outras atividades podem ser ressignificadas dentro das instituições, como a organização de eventos artístico-culturais em que se promova manifestações culturais típicas das diversas regiões brasileiras, se atente as festividades locais e se analise obras artísticas e a própria literatura que tem tanto a retratar. Enfim, uma diversidade de propostas pode ser disposta nos currículos escolares, incluindo a construção de projetos interdisciplinares que vislumbrem os acessos à diferentes equipamentos culturais e a sua prática nestes ambientes.

Os valores culturais, assim como o conhecimento, não podem ser transmitidos apenas em conteúdo específicos, como bem destaca Perrenound (2002), mas por meio de atitudes e vivências que valorizem a diversidade cultural existente, atentando para outros espaços fora do ambiente comum de aprendizagem, onde os educandos, enquanto cidadãos, possam valorizá-lo e compreendê-lo como constituinte da identidade de um povo.

### **As políticas culturais no Brasil: um percurso de tradições e desafios**

Segundo Rubim (2007), as políticas de acesso à cultura sempre ocuparam um plano secundário no Brasil. Segundo o autor, tradições prevalecem na trajetória das políticas culturais do Brasil, das quais destaca o autoritarismo, as ausências e profundas instabilidades.

A história das políticas de acesso à cultura no Brasil foi demarcada por um regime autoritário e de profundo controle, como bem destaca Oliveira (2012). Na concepção de Rubim (2007) os anos 1930 foram um marco das políticas culturais no país. A experiência inovadora de Mário de Andrade teve uma importante contribuição no que tange a política cultural, contudo, mais tarde foram evidenciadas algumas deficiências.

Provedo de um espaço-tempo mais presente, atentamos ao governo de José Sarney (1985-1990), o qual destaca-se a criação do Ministério da Cultura, com incentivos e investimentos no campo cultural. Na sequência, Fernando Collor de Mello (1990-1992), implanta a lei Rouanet, que ficou conhecida pela política de incentivos fiscais para projetos e ações culturais. Nos anos de 1995-2002, Fernando Henrique Cardoso reformula as leis, concebendo a cultura como um “negócio”.

Para Rubim (2007), novos desafios foram impostos no governo Lula (2003-2011), com o ministério de Gilberto Gil. Segundo o autor, as políticas de financiamento estavam distorcidas, aliados a um quadro de autoritarismo, intervenções do estado na cultura, assim como fragilidades institucionais e uma incapacidade de elaboração de políticas culturais, dentre outros.

No ano de 2010 foi instituído o Plano Nacional de Cultura, pela Lei 12.343 (BRASIL, 2010). Este plano estabeleceu um planejamento na área cultural, tendo sido de suma importância, pois o mesmo traçou estratégias, ações e metas que orientaram a formulação de políticas públicas culturais, objetivando o desenvolvimento de programas, projetos e ações que visavam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no país.



Atualmente, o Ministério da Cultura passou a ser uma secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. A Secretaria Especial de Cultura é marcada por muitas trocas ministeriais, assim como pela falta de incentivo e a necessidade de políticas efetivas que voltem a valorizar este campo importante para a sociedade. Nesse sentido, corrobora-se com Rubim (2007) que destaca as políticas culturais como secundárias no país. No tocante, já que faltam incentivos por parte do poder público, novas alternativas precisam se articular como forma de valorização cultural, a fim de que futuramente políticas eficazes sejam propiciadas para a disseminação e preservação da cultura.

### Dialogando com os resultados

Este estudo, baseado em uma pesquisa qualitativa, buscou investigar se e como as escolas da rede municipal de ensino, de uma cidade da região metropolitana, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais em seu currículo. Nesse sentido, optou-se por aplicar o questionário escrito, como instrumento investigativo, tendo em vista o período a que estamos vivendo, o questionário online foi uma forma efetiva de buscar informações em tempos de isolamento.

A mensuração dos dados será efetivada até o final da aplicação deste instrumento, datado para o dia trinta de setembro do corrente ano. Assim, de posse destas pesquisas elas serão analisadas em uma perspectiva de análise do conteúdo (BARDIN, 2011), com foco em refletir sobre os questionamentos realizados. Para tanto, foram elaboradas questões com respostas de cunho dissertativo, questionando sobre o acesso à cultura, projetos e parcerias da instituição, abertura para atividades culturais e projetos realizados.

Para fins de uma melhor organicidade dos resultados, eles serão analisados em categorias, sendo elas: Acesso à cultura no país e na região, Acesso à cultura na escola, Projetos e parcerias Culturais, Atividades Culturais em tempos de pandemia e, por fim, Currículo e Cultura. Abaixo seguem os dados preliminares em suas distintas categorias.

#### a) Acesso à cultura no país e na região

Diante do questionamento “O que pensa sobre o acesso à cultura em nosso país? E na região metropolitana, em particular? ”, constata-se que as responsáveis pedagógicas das instituições destacam a precariedade, segundo relato de uma das entrevistadas, há muita diversidade para ser trabalhada, mas os acessos é o que dificulta a prática em si.

Outras afirmativas realizadas por muitas das entrevistadas é que são poucos os espaços disponibilizados, mas aliam o período pandêmico como uma oportunidade para buscar acessos que não são tão facilitados na modalidade presencial. A baixa renda também fora um fator mencionado, já que acessar cinemas, teatros e shows torna-se inviável, o que para elas é considerado como “seletiva”, já que atinge uma parcela muito limitada da sociedade.

Com isso, corrobora-se com Spat e Suptitz (2015) que entendem a cultura como relevante para o desenvolvimento social de uma comunidade. Nesse sentido, experiências inovadoras estão sendo deixadas de lado, em virtude da falta de oportunidades disponibilizadas para as instituições, assim como políticas públicas que atentem essas demandas.

#### b) Acesso à cultura na escola

A partir do questionamento “A escola proporcionada aos alunos acesso à cultura? De que forma? ”, foram citados projetos pedagógicos, acesso à vídeos, trabalhos sobre origens/tradições, saídas pedagógicas à museus e teatros, assim como acesso à leitura nas bibliotecas escolares.



Alguns relatos trazem as dificuldades em relação ao orçamento para que fossem propiciadas mais atividades culturais durante o ano. Nesse sentido, o vínculo com empresas parceiras poderiam ser uma fonte de incentivo quanto aos orçamentos, já que as comunidades, por vezes, têm dificuldades para destinar valores específicas que cubram transporte e ingressos destes locais, principalmente se levarmos em consideração o direito fundamental de acesso à cultura (SPAT E SUPTITZ, 2015).

Outra possibilidade é o estabelecimento de parcerias com projetos pedagógicos dentro de locais específicos, como museus, teatros, espaços culturais, enfim, muitos deles proporcionam estes acessos, desde que as instituições tenham a iniciativa da procura e a apresentação de projetos. Dentre eles, destaco Iberê Camargo, que no ano de 2019 realizou um projeto junto à Secretaria Municipal de educação de Porto Alegre. A Casa de Cultura Mario Quintana realiza oficinas com valores simbólicos destinados à manutenção do espaço e a compra dos materiais da oficina.

### c) Projetos e parcerias culturais

As coordenações pedagógicas foram questionadas sobre o desenvolvimento de projetos pedagógicos, solicitando exemplos destes e, também sobre possíveis parcerias para a promoção da cultura, pedindo exemplos de parcerias exitosas ou ações problemáticas. Quanto às parcerias, todas as escolas responderam não ter este estabelecimento com órgãos ou instituições, o que, de certa forma, dificulta ainda mais os acessos, se levar em consideração as questões financeiras, destacadas na questão anterior.

Quanto aos projetos, foram citadas Feiras literárias, Semana da consciência Negra, Feira de iniciação científica, Oficina de música, Projetos de diversidade, enfim, diversas inserções para que se trabalhe a cultura em suas diversas modalidades. Nesse contexto, percebe-se o engajamento e a iniciativa das instituições para promoção dessas atividades.

### d) Atividades culturais em tempos de pandemia

A partir do questionamento “Em tempos de pandemia, a instituição proporcionou atividades culturais? Se sim, quais e de que forma? ”. Em unanimidade as respostas foram favoráveis, já que proporcionaram inserções culturais de distintas maneiras, em meios virtuais. Dentre as atividades destacam-se festa Farroupilha e Junina, diálogos com autores, palestras, gincanas culturais, contação de histórias e festividades em datas comemorativas.

Nesse contexto atenta-se às diversas iniciativas das instituições para a promoção do acesso à cultura junto ao corpo discente. Mesmo em um tempo atípico o acesso à cultura, por meio das facilidades tecnológicas, continuou sendo promovido, disponibilizando aos alunos uma diversidade de atividades culturais para tornar suas aprendizagens mais significativas. O reinventar cultural destacado por Calabre (2020) proporcionou uma reinvenção, com o fenômeno de produção da arte cultura online.

### e) Currículo e Cultura

O último questionamento é um pedido para que as coordenações se posicionem sobre a inserção do tema “cultura” nos currículos escolares, argumentando sobre ele. Destaca-se a necessidade de incentivos, relatadas por muitas profissionais. Acreditam ser de extrema importância, principalmente pelo fato de preservação da cultura sempre que ela é trabalhada junto aos alunos.

As entrevistadas destacam o direito ao acesso à cultura não conseguindo vislumbrar a escola sem este acesso e este trabalho. Concebendo a escola como um espaço plural, as trocas culturais ocorrem e necessitam ser respeitadas e detalhadas para que todos a conheçam, mesmo que o acesso a muitos locais não se efetive, pela falta de parcerias e pelo pouco recurso destinado a esta atividade.



### Considerações finais

Por meio da pesquisa, constata-se que as instituições educacionais municipais se preocupam com a inserção de atividades culturais em seu currículo, proporcionando diversas práticas de acesso à cultura aos educandos. Mesmo com pouco investimento e sem parcerias, os alunos são levados a refletir e participar de momentos culturais. Nesse sentido, atenta-se ao exposto por Spat e Suptitz:

Nessa perspectiva, o reconhecimento da cultura como direito fundamental dos seres humanos deve ser efetivado mediante ações efetivas e, igualmente, em conjunto com a sociedade civil. Além disso, a cultura não deve ficar unicamente adstrita a uma ornamentação supérflua destinada a camadas sociais mais elevadas da sociedade, sendo, inclusive, vista apenas como um momento de entretenimento (SPAT, SUPTITZ, 2015, p. 14).

E no entender da cultura como fundamental, salienta-se que essa necessita cada vez mais estar sendo trabalhada nas instituições escolares, proporcionando aos educandos a reflexão sobre ela. Aqui corrobora-se com Spat e Suptitz (2015), entendendo que o papel da cultura é além do lazer, mas que ela possibilita o desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais.

Neste ano, a pandemia e o movimento de aulas remotas não foram empecilhos para que as práticas culturais ocorressem. Segundo o relato das coordenações, constata-se que diversas práticas foram promovidas, assim como algumas festividades que mantêm viva a cultura da região. Certamente, após este período será necessária a continuidade da promoção de acessos aos locais culturais por meio da tecnologia, esse caminho pode ser o início de uma caminhada reflexiva que permita uma maior igualdade de acesso à cultura.

### Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei 12.343**, de 02 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7–21, jan. /jun. 2020.
- CANAU, V. M. F. Educação escolar e Cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, 2003.
- MOREIRA, A. F. B.; CAUDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos, **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/?lang=pt>>.
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.
- PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SILVEIRA, R. M. G.; NADER, A. A. G.; DIAS, A. A. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- SPAT, G. M.; SUPTITZ, C. E. O direito à cultura na sociedade em rede: políticas públicas do governo federal e sua efetivação no município de Santa Maria/RS. **Anais**. 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>>. Acesso em: 26 set. 2020.

